

# GÊNERO E EDUCAÇÃO SEXUAL NO *CORREIO OFICIAL* DE GOIÁS NA DÉCADA DE 1930

Sávia Barros Diniz<sup>1</sup>

**Resumo:** A partir das crônicas jornalísticas do jornal *Correio Oficial* de Goiás, da década de 1930, o presente artigo analisa os discursos veiculados sobre educação sexual, num contexto histórico de transição, resistências e permanências, não apenas no âmbito da economia e da política, mas sobretudo da cultura, ciência e educação. Trata-se de discursos médico-científicos ou religiosos, caracterizados pela entusiasta pedagogia da educação sexual ou pelo catecismo conservador da Igreja católica; ambos marcados por preconizações moralistas e disciplinadoras do comportamento de homens, mulheres e crianças. Discursos que evidenciavam, principalmente, conflitos e ambiguidades latentes na sociedade vilaboense, na qual mundos agrários e urbanos delimitavam os arranjos sociais dos espaços privados e públicos, entrecruzando fé e moral com a medicina preventiva e higienista. Refletir sobre as divergências e, especialmente, sobre as semelhanças que perpassaram os discursos religiosos e os médico-higienistas, utilizando a categoria gênero, é a proposta desse artigo.

**Palavras-chave:** Relações de gênero, educação sexual, *Correio Oficial* de Goiás.

## 1. Introdução

A Cidade de Goiás, embora situada no interior e distante dos centros de poder econômico e político do país, permeava os reflexos de significativas transformações nas esferas econômica, política, social e cultural do Brasil desde fins do século XIX e de maneira mais acentuada, nas primeiras décadas do século XX. Sobretudo a partir da Revolução de 1930 e de seus desdobramentos – com importantes conquistas alcançadas no âmbito dos direitos políticos, sociais e trabalhistas – novos atores e segmentos sociais inaugurariam uma maior participação e intervenção na vida pública e privada brasileira.

No findar da *Belle Époque* brasileira, inúmeros embates políticos e revoltas sociais marcariam o período. Em consonância com a nova estruturação econômica e política mundial ensejada pela expansão do modelo capitalista, proclamava-se novos parâmetros científicos, novos sonhos de consumo e novas perspectivas culturais e educacionais para uma limitada parcela da sociedade brasileira. Conforme Sevcenko (1998, p. 31), o adensamento das tensões combativas ou das concessões negociadas, na construção de sentidos e da própria identidade,

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG), bolsista CNPq.

tornaram-se, desde então, um lugar-comum na sociedade republicana. Essa cartilha modernizadora abraçada por uma burguesia urbana em ascensão e pelas oligarquias agroexportadoras caracterizaria também, a política progressista do governo de Getúlio Vargas. Tais programas políticos e condutas sociais adentrariam as sociedades sob prismas e intensidades diferentes.

Nas sociedades dos grandes centros urbanos, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro entremeava-se perspectivas inéditas de desenvolvimento e exploração econômica com ritos festivos e extravagâncias mundanas; no reverso, os excluídos amontoavam-se nas periferias, muitos deles sonhando também com as luzes das vitrinas e dos cafés. (NEVES, 2003, p. 20-21). Nos Estados excluídos dos arranjos de poder que caracterizavam a política agroexportadora do sudeste do país, como Goiás, os desafios econômicos – decorrentes das grandes dimensões geográficas e das limitações comerciais e administrativas – seriam inúmeros. Contudo, desde fins do Império até a República, as elites goianas acompanharam de maneira peculiar a ebulição das correntes liberais e iluministas. Sobremaneira na capital do Estado, a vida cultural e social de uma elite ilustrada escamoteava a pobreza entre saraus de música e poesia. (PALACÍN, 1990, p. 40).

Tal recorte histórico, qual seja, a década de 1930 em Goiás, reflete o momento de ascensão do grupo político ligado à economia agropecuária do sul e sudoeste goiano, além de profissionais liberais.<sup>2</sup> A partir desse período, a expansão econômica e o aumento das fronteiras agrícolas seriam as metas propaladas pelo Estado, todavia – e nisso, a nova administração buscava distinguir-se do governo anterior –, sem abdicar do crescimento urbano, da dinâmica e da modernidade capitalistas. O discurso do governo Pedro Ludovico, de inserção do Estado no mercado brasileiro, agregado a um plano político de idealização da modernidade – ajustava-se as exigências da política nacional. Contudo, tal política negava o processo de desenvolvimento capitalista iniciado na década anterior; adotava-se a modernização do Estado, como obra inédita dessa divulgada nova política. (CHAUL, 1997, p. 176-177).

---

<sup>2</sup> Silva (1982), em sua obra sobre a Revolução de 1930 em Goiás, defende a tese de que o episódio revolucionário limitou-se a uma alternância oligárquica no comando político do Estado, qual seja, a queda da oligarquia Caiado e a ascensão das oligarquias do sul e sudoeste do Estado. Palacín (1986), por sua vez, em sua análise da história de Goiás sob uma perspectiva ideológica, chama a atenção para a ausência de características propriamente revolucionárias no episódio da Revolução de 1930 em Goiás e para o continuísmo político do Governo Provisório. No mesmo viés, Arrais (2007), em um artigo sobre a Revolução de 1930 em Goiás, sustenta que tal episódio mais se assemelharia a um golpe que propriamente uma revolução, ressaltando ainda, que a composição dos quadros políticos pós-1930, com elementos das antigas e novas oligarquias, evidenciavam a total ausência de projeto de transformação das estruturas políticas.

Ainda nesse período, em Goiás, o projeto de construção de uma nova capital, em sintonia com os ideais de progresso e modernização varguista, autenticavam a legitimidade para novos acordos políticos e econômicos. A modernidade, o progresso, a higiene e a urbanidade haviam se tornado emblemas quase obrigatórios da política nacional. De maneira estratégica, retomavam-se as representações sobre a Cidade de Goiás – identificada como velha, insalubre e estagnada. Conforme Gomide (2004, p. 107), diante da acirrada disputa por espaços políticos, a transferência da capital constituiu-se na concepção de um pretensamente novo cenário político; todavia, com lugares previamente reservados. No plano social, verificava-se um processo de transformação dos costumes, em razão da influência de estereótipos e modelos dos grandes centros urbanos brasileiros – e até mesmo estrangeiros.

As rupturas iniciadas pela Revolução de 1930 permeariam muitas vicissitudes e continuísmos. Todavia, as transformações – decorrentes da adequação e modernização da política, da economia e das práticas sociais no Brasil e também, em Goiás, advindas do desenvolvimento capitalista – não mais seriam contidas. As preconizações médico-sanitaristas, os modismos projetados pelo cinema hollywoodiano, os debates em prol da emancipação e do sufrágio feminino, as novidades esportivas e as excentricidades culturais adentrariam os lares goianos por meio de revistas e jornais recheados de informação, propaganda e entretenimento, delineando novos padrões de consumo e comportamento. Segundo Palacín (1990, p. 39), em decorrência dessa sistemática circulação cultural e ideológica, Goiás possuía, já no início do século XX, uma organização partidária e uma imprensa política, com jornais da situação e da oposição, plenamente estruturadas. Cabe ressaltar que as populações interioranas, em sua grande maioria analfabetas, encontravam-se à margem da política, da instrução e da informação.

Nas primeiras décadas do século XX, apesar das dificuldades de acesso aos leitores, as limitações econômicas e estruturais e, sobretudo, as contínuas pressões políticas, a imprensa goiana – principalmente nas cidades do sul e sudoeste do estado, assim como na capital – atingiria índices de crescimento inéditos. Por meio desses periódicos eram veiculadas as notícias sobre as disputas pelo poder político, as estratégias econômicas, as novidades culturais, a implementação da estrada de ferro, assim como todo o rol de beneficiamentos e modernizações que a acompanharam. Entre as mudanças desse período, Borges (1990, p. 102-103) ressalta adoção de expedientes modernos – nas cidades do sul e do sudoeste do estado e, posteriormente, na Cidade de Goiás – como a energia elétrica, o telégrafo, o cinema, o telefone, entre outros. Assim como – continua o autor – a valorização fundiária, a

implementação de estradas de rodagem, a chegada do automóvel e tantas outras transformações econômicas e culturais. Conforme Borges, nesse contexto, a imprensa exerceria um papel fundamental na divulgação de valores e ideias, inapelavelmente sedutoras e eficazes na construção de representações da modernidade em Goiás.

No caso específico da Cidade de Goiás, na década de 1930, havia um expressivo número de jornais em circulação – tais como *Correio Oficial*, *A Voz do Povo*, *O Democrata*, *O Aspirante*, *Cidade de Goiás*, *O Social*, *Folha de Goiás* – que publicavam uma grande quantidade de crônicas sobre o cotidiano, cuja diversidade abarcava desde os novos modismos e comportamentos, programações culturais, debates sobre a participação política feminina até a campanha nacional de educação sexual, encampada pelo Círculo Brasileiro de Educação Sexual.<sup>3</sup> Conforme Teles (1989, p. 40-41), nesse período, a imprensa da antiga capital do Estado teria sido palco de constante movimentação cultural e de uma importante ampliação editorial, sem contar as polêmicas contendas político-jornalísticas que desde as décadas anteriores, caracterizavam-se por textos sarcásticos e passionais.

Uma dessas contendas corresponde ao objeto desse artigo, o debate sobre a educação sexual – proposto por membros do Círculo Brasileiro de Educação Sexual e antagonizado por representantes da Igreja Católica – reproduzido nas crônicas jornalísticas publicadas no *Correio Oficial* de Goiás.<sup>4</sup> Especialmente, busca-se identificar como esses discursos, delimitados por poderes e saberes hierarquizados, localizam homens e mulheres, numa perspectiva histórica de relações de gênero. Semelhante categoria, conforme a abordagem da historiadora Joan Scott, problematiza as diferenças sociais, políticas e culturais que constroem e definem as identidades do que vem a ser masculino e feminino, a partir das diferenças sexuais.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup>Localizado no centro do Rio de Janeiro, o Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES) – fundado em julho de 1933, pelo médico José de Oliveira Pereira de Albuquerque – abrigou por vários anos um museu, um posto de aconselhamento e uma pinacoteca. De caráter filantrópico, a instituição tinha como membros: médicos, advogados, jornalistas, professores, pedagogos, editores, sociólogos entre outros profissionais – reunidos em torno da bandeira da reforma e ensino da sexologia.

<sup>4</sup>Tal documentação encontra-se no Arquivo Histórico Estadual da Secretaria de Estado da Cultura (Secult) em Goiânia, acondicionada em coletâneas impressas e microfilmadas. Embora haja controvérsias sobre a data da criação da Imprensa Oficial de Goiás, segundo a Associação Brasileira de Imprensa Oficial, isso teria ocorrido em 1837 – conforme consta do site na internet do Diário Oficial do Estado de Goiás, disponível . Passando por períodos de descontinuidade, alteração de título e tipografia, o atualmente denominado Diário Oficial, sucessor do *Correio Oficial*, tem carácter exclusivamente de Imprensa Oficial do Estado de Goiás. Mais informações sobre a história do *Correio Oficial* Cf. Teles (1989) e Pina Filho (1971).

<sup>5</sup>Segundo a historiadora Joan Scott (1995, p. 3), “‘gênero’ como substituto de ‘mulheres’ é igualmente utilizado para sugerir que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um

Desde fins do século XIX até meados do século XX, inúmeras iniciativas de formulação de estratégias disciplinares<sup>6</sup> sobre o corpo feminino, masculino e infantil foram ensejadas. Conforme Lipovetsky (2005, p. 77), nessa lista de preceitos a serem internalizados, destacava-se a higiene e a limpeza corporal. Segundo o autor, nos manuais de moral escolar, nos livros filantrópicos e nos textos de higiene popular, indicações categóricas e formais sobre a necessidade de cuidados higiênicos corporais – com o vestuário, com a alimentação e com o ambiente doméstico – eram estabelecidas. Semelhantes exigências eram apresentadas em nome do bem-estar coletivo e individual.

Juntamente com o discurso médico de higiene e profilaxia desenvolviam-se teorias de normalização sexual, políticas de prevenção às doenças venéreas, estudos que apontavam os malefícios do onanismo, analogias entre repressão sexual e comportamentos desviantes ou criminosos, numa gama de abordagens pedagógicas que circunscreviam os discursos a serem ensinados e apreendidos. Uma sexualidade, segundo Michel Foucault (2007), disciplinada por verdades legitimadas por inúmeros saberes científicos que instigavam a confissões detalhadas, obviamente que dirigidas a ouvidos e em situações autorizadas. Discursos institucionalizados – da escola, da família, da Igreja, do Estado e da ciência – que disciplinavam, restringiam e direcionavam os estímulos e os impulsos sexuais a uma docilidade produtiva. Tais discursos – continua o filósofo – não objetivavam a interdição ou a redução da atividade sexual e, sim, a elaboração de verdades sobre o sexo; prática que descortinava uma nova chancela de autoridade sobre o indivíduo e a população<sup>7</sup>.

Tendo em vista principalmente o controle do corpo e do comportamento feminino, a atividade sexual transformou-se em um objeto a ser mensurado, quantificado, qualificado e hierarquizado. Corpos educados que prezassem a ordem; homens e mulheres que otimizassem a produção demográfica e econômica. Como aponta Lipovetsky (2005, p. 78), as obrigações e ritos para com o próprio corpo apresentava-se como um instrumento eficaz de disciplina

---

implica no estudo do outro. Este uso insiste na ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a utilidade interpretativa de ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma isolada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada ver com o outro sexo. [...] O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais”: a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e as mulheres.

<sup>6</sup>O princípio da disciplina, conforme Fonseca-Silva (2004, p. 50) em seu artigo sobre Foucault, é entendido como um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpo de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e de definições, de técnicas e de instrumentos necessários para a construção de novos enunciados.

<sup>7</sup> Cf. Foucault (2007).

regeneradora, educacional e moralizante, destinada a fortalecer os hábitos saudáveis e conter os apetites avassaladores.

## 2. A Educação sexual na década de 1930

Dentre as inúmeras iniciativas de normalização e pedagogização das questões sexuais, na primeira metade do século XX, destacava-se a figura do sexólogo, como o carioca José de Albuquerque e o gaúcho Hernani de Irajá. No Rio de Janeiro, Irajá ficaria conhecido por uma ampla produção sexológica e por seu trabalho artístico. José de Oliveira Pereira de Albuquerque, por sua vez, ao longo da década de 1930, sobressaiu-se na cruzada em prol da educação sexual e da institucionalização da andrologia, nova ciência que objetivava o estudo dos problemas sexuais do homem. Fundou dois periódicos especializados: o *Jornal de Andrologia* (1932-38) e o *Boletim de Educação Sexual* (1933-39). Albuquerque seria ainda, por um curto período, professor da primeira (e aparentemente, a única) cátedra de clínica andrológica da Universidade do Distrito Federal. Em 1937, se candidataria a deputado federal com uma plataforma sexológica. Mantinha também um consultório direcionado ao tratamento da impotência. Sua obstinação cientificista levou-o a desenvolver um preventivo para doenças venéreas – o *Venereol*. (CARRARA; RUSSO, 2002, p. 276-277).

No entanto, Albuquerque jamais se afiliaria a quaisquer das academias ou sociedades médicas de maior prestígio do país. Na defensiva, Albuquerque sempre propalou as diferenças acadêmicas, políticas e morais, que existiam entre ele e a classe médica brasileira. O reconhecimento acadêmico veio dos sexólogos estrangeiros, como certifica a sua eleição como membro da Sociedade de Sexologia de Paris, em 1937, entre outros prêmios recebidos fora do país. Autor de vários livros, Albuquerque encampou a criação do Centro Coordenador de Estudos em Andrologia e do Círculo Brasileiro de Educação Sexual (CBES). (CARRARA; RUSSO, 2002, p. 277). Com ardor quase missionário, o médico carioca divulgava a sua doutrina – por meio de conferências, palestras, eventos, boletins, cartazes, panfletos e, também, por intermédio de rádio e jornal – em um programa de educação sexual que visava ser de âmbito nacional. Entre as inúmeras estratégias do Círculo Brasileiro de Educação Sexual para atingir o público de várias localidades, uma das mais proíficas era a de divulgar os seus artigos pedagógicos em inúmeros jornais pelo Brasil. Na crônica intitulada *Círculo Brasileiro de Educação Sexual* enviada pelo Comitê de Imprensa dessa instituição, aos editores do *Correio Oficial* de Goiás, detalhava sua proposta.

O “Círculo Brasileiro de Educação Sexual”, cujo fim é promover a educação sexual do povo brasileiro, até hoje relegada ao abandono, dentre os meios de propaganda de que se socorrerá para levar a efeito sua campanha educativa, inclui, e nem podia deixar de o ter feito, a imprensa, cuja eficiente colaboração não se faz mister encarecer. Para isso, sua diretoria, tendo a frente o seu ilustre Presidente, dr. José de Albuquerque, no intuito de melhor coordenar esta propaganda, concebeu a organização de um ‘Círculo Jornalístico’ constituído de 780 jornais brasileiros que auxiliarão a obra deste Círculo, levando aos pontos mais distantes do país o sopro animador de uma mentalidade nova [...]. Sendo o jornal que v. s. tão proficientemente dirige um dos órgãos de real conceito e projeção no cenário da imprensa brasileira, tivemos a bôa lembrança de incluí-lo no nosso ‘Círculo Jornalístico’, de que, estamos certos, não se negará a fazer parte. Desnecessário é lhe dizer que nenhuma despeza tal iniciativa acarretará ao seu jornal, bem como nenhum compromisso assumirá com nosso Círculo, lhe sendo facultado pleno direito, de uma vez ingressado no nosso ‘Círculo Jornalístico’, dele se desligar quando bem lhe aprouver. Aos jornais que constituírem o nosso ‘Círculo Jornalístico’, remeteremos quinzenalmente um artigo, vasado no estilo do que, a título de demonstração, junto lhe enviamos [...]. (*Correio Oficial* de Goiás, 20/12/1933, p. 8).

Esse artigo, de uma série de outros, seria publicado no *Correio Oficial* de Goiás em seu formato integral, devido a importância do assunto, conforme a observação inicial do editor. Ao longo da crônica, recomendações sobre a forma mais didática de apresentação dos textos sobre a educação sexual seriam delineadas. Sob uma perspectiva racionalista, o Círculo Brasileiro de Educação Sexual buscaria apresentar essa temática em seus artigos, de maneira científica e pedagógica. Porém, a fronteira entre a moralidade e a imoralidade inserida nas representações sobre sexualidade das sociedades dos grandes centros e, especialmente da Cidade de Goiás, transitava entre a tradição conservadora católica e as novidades progressistas divulgadas por educadores e médicos-sanitaristas. De forma ambígua e contraditória – como fica evidente em um trecho desse mesmo artigo – a divulgação científica seria circunscrita em liames morais, provavelmente de forma estratégica, pelos próprios cronistas do Círculo.

[...] Naturalmente que estes assuntos requerem, quando tratado pela imprensa, muito tato e delicadeza, para que não ofendam nem de longe a falsa pudicícia de seus leitores, pelo que não se deve descer a detalhes técnicos, nem a nomenclatura de órgãos e funções, o que prejudicaria de certa forma a campanha, arregimentando de início uma avalanche de descontentes. (*Correio Oficial* de Goiás, 20/12/1933, p. 8).

Todavia, ao analisar tais crônicas cabe ressaltar a discrepância interposta entre os discursos médico-sanitaristas dos grandes centros e a realidade das sociedades goiana e vilaboense, frente aos desafios apresentados pelo processo de modernização da infraestrutura

urbana, da educação e da saúde pública. Assim como na educação, as práticas médicas e hospitalares não atingiam todas as camadas da população nos interiores e nas cidades do Estado. A inserção do saber médico nos espaços privados, repetidas vezes, colocava em conflito a medicina, as políticas de saúde pública e a religião. A população dos interiores e dos centros urbanos ressentia-se, sobremaneira, da quase inexistência de médicos<sup>8</sup>. Tal ausência repercutia na divulgação heterogênea de informes de caráter científico em periódicos jornalísticos e no discurso jurídico-administrativo das autoridades governamentais. Aos pobres, presos e desvalidos – a medicina assistencialista. Do Hospital São Pedro de Alcântara<sup>9</sup> erigido em 1825, até o Asilo São Vicente de Paulo<sup>10</sup>, fundado em 1909, a caridade vinculada à religiosidade constituiu-se no único consolo e remédio para muitos. (RABELO, 2010, p. 217).

### 3. A educação sexual no *Correio Oficial de Goiás*

Na década de 1930, o jornal *Correio Oficial* de Goiás caracterizava-se como um periódico noticioso, cujas páginas reportavam desde os atos oficiais do Governo Federal e Estadual, reportagens diversas, crônicas, comunicados até a programação cultural e social do Estado, sobremaneira da capital, a Cidade de Goiás. Focaremos a análise, primordialmente, na secção de crônicas e nos comunicados sociais.

Em novembro de 1933, em continuidade à campanha de educação sexual do Círculo Brasileiro de Educação Sexual, o médico José de Albuquerque, por meio da crônica *As questões sexuais em face da política*, assim escrevia:

A sexologia é uma ciência que não poderá ser de forma alguma descurada, pelos homens publicos dos nossos dias, tal a complexidade e multiplicidade dos problemas sociais, diretamente ligados ao fator sexual e que a despeito de figurarem na ordem do dia, continuam entretanto insolúveis. Os legisladores da hora presente estão chamados a legislar sobre assuntos da maior atualidade e em sua maioria de natureza sexual, não sendo exagerado se afirmar que a política dos dias que correm é o que em rigor se poderia chamar – Política Sexual. Assim é que se faz mister instituir leis que regulassem as questões eugênicas que, como se sabe, constituem o fundamento da nacionalidade, pois que vindo preparar proles são, conferem ao país gerações de homens sadios [...]. (*Correio Oficial* de Goiás, 25/11/1933, p. 6).

---

<sup>8</sup> Muitos dos bacharéis da elite goiana que saíam para estudar não retornavam ao Estado, tornando-se funcionários públicos em outras regiões. (RABELO, 2010, p. 217).

<sup>9</sup>Sobre o Hospital São Pedro de Alcântara, ver Moraes (1999) e Magalhães (2004).

<sup>10</sup> Sobre o asilo de São Vicente de Paulo, ver Souza (2010).



A veracidade do discurso em defesa da sexologia, reclamada por Albuquerque, atravessava ideias preciosas ao país naquele contexto histórico, pós-revolução de 1930, quais sejam: nacionalismo, cidadania e legitimidade política. Com o intuito de mobilizar leitores, a crônica condicionava habilmente a legitimidade do Estado varguista à adesão a tal causa e, posteriormente, a legalização da denominada política sexual. Em contrapartida, o médico pontuava argumentos em favor da campanha de educação sexual que coadunavam com a política estatal: a construção de uma nação enérgica e coesa. Semelhante ideário colocava-se como solução dos problemas sociais brasileiros, visto que, conforme apresentava Albuquerque em seus artigos, as questões sexuais estavam na raiz de todos os males morais, políticos e econômicos de um povo.

Associada aos novos comportamentos citadinos, a medicina higienista disciplinava corpos em prol da moralidade, do vigor e da produtividade. As doenças epidêmicas, a insalubridade das moradias e da água, os banhos incompletos e a vida sedentária transformaram-se em inimigos públicos do desenvolvimento e do progresso econômico das sociedades urbanas. Registravam-se avanços na microbiologia, na difusão da Educação Física nas escolas e na propagação de novos preceitos higiênicos e remédios para a limpeza do corpo; todavia os miasmas e o recato cristão ainda moldavam o imaginário sobre as mentes e os corpos. (SANT'ANNA, 2011, p. 303-308).

Ainda na mesma crônica, Albuquerque aborda, entre uma lista de problemas sociais que teriam origem nas questões sexuais, a abstinência sexual dos detentos:

[...] instituir leis que regulassem a vida sexual dos detentos, para que não se continue a transformar o cárcere em fonte inesgotável de perversões sexuais e a de se desrespeitar o *veriditum* dos tribunais, pois, com o regime atual, a pena que o detento cumpre no presídio, não é de tantos ou quantos anos, como determinou o tribunal, visto quando egressa de lá sair carregando vasta caudal de consequências, que a privação da sua função sexual lhe acarretou ao organismo, o que equivale a dizer que o seu castigo lhe foi imposto para o resta da existência [...] (*Correio Oficial* de Goiás, 25/11/1933, p. 6)

Sob uma perspectiva racionalista e capitalista moderna, que desde o século XIX, influenciava de forma mais incisiva a humanização das penas e do tratamento aos detentos, as teorias médicas também acenavam nessa direção. Obviamente, não se pretende negar o caráter salutar de certas medidas sanitárias adotadas e das medidas sexuais pretendidas pelas ciências e saberes médico-higienistas do período analisado; todavia, percebe-se também que tais regras corroboravam com as políticas que visavam a hierarquizar, classificar e estabelecer pretensas normalidades e anormalidades sociais. Considera-se, nesse contexto, que as

políticas públicas e os saberes médicos eram direcionados à construção de indivíduos homogêneos pela criminologia e psicologia. Porém, as desigualdades sociais e econômicas, ainda não seriam problematizadas.

Um dos principais objetivos da campanha do Círculo Brasileiro de Educação Sexual era a orientação de jovens e crianças. Na crônica *O silêncio sexual é um crime*, o médico carioca dirige o seu alerta incisivo aos pais que ignoravam a necessidade de ensinarem aos seus filhos a respeito das questões sexuais e as possíveis doenças venéreas:

Não será digno de ser chamado PAI pelo seu filho, o homem que por falso pudor deixa-lo ingressar as cegas na estrada tortuosa da vida sexual [...] Seus filhos, depois homens, embora os perdoem, por saberem que não é má a intenção que faz os pais calarem ante os filhos, sobre as cousas do sexo, entretanto sempre o olharão do íntimo de sua consciência como responsável pelas doenças cujas consequências carregam a vida inteira. Que cada pai saiba cumprir o seu dever em matéria de educação sexual, e só assim poderá conseguir o respeito, a veneração e a amizade de seus filhos. (*Correio Oficial de Goiás*, 15/04/1934, p. 2).

Como defensor arraigado dos postulados científicos, José de Albuquerque recorria invariavelmente ao uso das técnicas higiênicas, terapêuticas e medicamentosas na prevenção e no tratamento de doenças. E, como tal, instigava os leitores a adotarem uma cartilha de educação sexual, que implicaria em mudanças substanciais em suas vidas privadas e públicas, bem como no horizonte de expectativas de seus seguidores, proporcionando uma vida futura mais benfazeja, saudável e produtiva. Porém, como indivíduo inserido em um contexto histórico – permeado por avanços técnicos e científicos, mas também, por continuidades sociais e culturais – teria seu discurso atravessado pelas delimitações da moralidade cristã. Na crônica *O silêncio sexual é um crime*, Albuquerque sustenta seus argumentos na tradição e nas construções social e cultural sobre a instituição familiar: a obrigação paterna de orientar os filhos e protegê-los do mal. Aos pais coniventes com o silêncio sobre as questões sexuais recairiam a culpa, a vergonha e o desprezo dos filhos. Aos cumpridores de semelhantes deveres caberiam a eterna gratidão e o respeito de seus filhos.

Em outra crônica, o médico elenca algumas recomendações didáticas aos pais e professores, relativamente à educação sexual.

[...] a) que não procurem envolver num halo de mistério os problemas da vida sexual, ao cogitar deles com seus filhos ou seus discípulos [...]; b) que não concorram para criar na mentalidade infantil, o falso conceito de que a função sexual é uma função amoral, como tal, dela se devendo abster, como

meio de obtenção de graças divinas [...]. (*Correio Oficial* de Goiás, 3/02/1934, p. 1).

Ao contestar as interdições morais que impediam a difusão da educação sexual, Albuquerque não se esquivou em recorrer a esses mesmos códigos morais, transmutando-os em instrumentos de convencimento no embate científico. Em seu discurso, somente os pais e mestres que se empenhassem no esclarecimento e na educação sexual de seus filhos seriam merecedores das “graças divinas”. Entretanto, embora apelassem aos educadores para que assumissem a instrução das questões sexuais com clareza e espontaneidade, a lista de proibições permaneceu extensa. Os saberes médicos continuariam a definir e legitimar o que era considerado moral ou imoral, natural ou aberrante.

Com discursos inflamados e com posicionamentos polêmicos, o Círculo Brasileiro de Educação Sexual travou inúmeros debates com segmentos conservadores da sociedade brasileira. Dentre eles, com a Igreja católica, que desde a década de 1920, levava adiante o projeto de revitalização católica.<sup>11</sup> Em consonância com essa proposta, a valorização do modelo familiar tradicional e conservador permaneceu no bojo dos discursos das mobilizações da Igreja. Sobretudo, temia-se as transformações socioculturais decorrentes da adoção de padrões modernos de comportamento e consumo, assim como dos princípios libertários anarquistas ou comunistas. (AZZI, 1993, p. 110-111). Em defesa dos dogmas católicos e em oposição a disseminação e legitimação do cientificismo e do positivismo, o frei Gonçalo Carneiro Leão, da Cidade de Goiás, publicou no *Correio Oficial* de Goiás, a crônica *Observando*.

Qual o motivo das objeções ao catolicismo? [...] Em muitos espíritos predomina a ciência enciclopédica: um verniz superficial sem consistência e acuidade para compreensão e discussões de argumentações profundas e judiciosas. Contentam-se com palavrinhas de espírito, sorrisos e ironias ou, quiçá, *palavrões* grosseiras e injuriosas não concordes com a educação e o bom-tom. [...] Em matéria religiosa, a ignorância alia-se o interesse das paixões que ocasiona, em alguns homens, essa arrogância e vulgaridade de rancores mal simulados e essas explosões de espíritos lamentavelmente ignaros e irreconciliáveis, ainda que em presença da evidência da verdade. (*Correio Oficial* de Goiás, 15/04/1934, p. 2).

---

<sup>11</sup>Em 1922, seria inaugurado o Centro Dom Vital, vinculado ao projeto de revitalização católica, ambos por iniciativa de Jackson de Figueiredo (1891-1928). Com ações que visavam a reinserção política da Igreja e a mobilização de antigos e novos fiéis, vislumbra-se com esse projeto revigorar o catolicismo sob o prisma da ordem, da legalidade, do nacionalismo e do moralismo. Nos centros urbanos ampliou-se o número de dioceses, religiosos estrangeiros e movimentos de renovação, como o apostolado leigo, o movimento bíblico e o movimento litúrgico, entre outros. (MOURA; ALMEIDA, 1985, p. 329-331).

Em outra crônica, intitulada *Precavendo*, frei Gonçalo Leão apresenta suas prédicas contra a educação sexual por “educadores improvisados de Círculos”. Nesse artigo, o religioso defende a ideia de que a educação sexual direcionada a crianças era imprópria e equivocada. Segundo ele, caberia a figura paterna, definida como a detentora dos saberes e do bem-estar familiar, a instrução sobre as questões sexuais. O autor reforçava também, os parâmetros de uma sexualidade a ser exercida castamente entre os cônjuges com a finalidade única de gerar filhos legítimos. Semelhantes assuntos restringiam-se a esfera privada e, principalmente, aos únicos ouvidos preparados e autorizados a orientar e esclarecer homens, mulheres e crianças: a Igreja.

Todos os pais sabem que a sexualidade não é imoralidade e que a união do homem e da mulher no matrimônio é instituição divina para a perpetuidade do gênero humano – *crescei e multiplicai-vos*. Deduzir, porém, que *ensinar a todos indiferentemente, todos os problemas sexuais não é imoralidade*, torna-se declaração falsa e imoral. Eis motivos desta afirmação: Cada qual aprende segundo a própria idade, capacidade e utilidade [...]. Identicamente, o adultério, as uniões livres, o concubinato atingem o fim puramente fisiológico do ato sexual e entretanto todos reconhecem que tais uniões constituem o descalabro das famílias e, conseqüentemente, a decadência da sociedade cujos alicerces são os lares domésticos. (*Correio Oficial de Goiás*, 20/05/1934, p. 4).

Embora estivesse estreitamente ligada aos mecanismos mais suscetíveis à construção dos valores e das representações de mundo, quais sejam, a família e a escola (BEOZZO, 1995, p. 306), a Igreja temia uma ampliação do processo de laicização urbana e de expansão da religiosidade popular nos interiores. Sobretudo, as vésperas das eleições e no ano seguinte, da promulgação da Constituição de 1934, os debates e as polêmicas acerca do ordenamento social, político e cultural, atravessados por discursos conservadores ou transgressores, pipocavam pelos jornais. Sobre a abstinência sexual, ainda na crônica *Precavendo*, Frei Gonçalo Leão afirmaria,

Demais, o exercício da função sexual não é necessário á conservação da saúde e ao equilíbrio geral do organismo; a experiência concorda com as teses finais do Congresso de Eugenia reunido no Rio de Janeiro em junho de 1929; ‘É preciso ensinar a juventude masculina que não somente a castidade e a continência são possíveis e não são nocivas, mas, também, que estas virtudes são as mais recomendáveis sob o ponto de vista simplesmente médico e higiênicos e que constituem um fator eugênico.’ (*Correio Oficial de Goiás*, 20/05/1934, p. 4).

Ao recomendar a abstinência sexual a juventude masculina como virtude moral, ressalte-se que não há qualquer menção as jovens do sexo feminino. Contudo, o silêncio é eloquente; nesse contexto, a sexualidade feminina estaria sempre vinculada a maternidade. Ao reforçar os pretensos benefícios médicos e higiênicos da castidade masculina, inclusive como

o melhor preventivo para as doenças venéreas, frei Gonçalo Leão endossava as recomendações de parcimônia e contenção dos impulsos sexuais, adotados pela medicina tradicional. O médico José de Albuquerque, ao contrário, posicionava-se dentre aqueles que divulgavam a educação sexual como o melhor instrumento de prevenção contra doenças venéreas e que enxergavam a atividade sexual masculina como solução para inúmeros desvios fisiológicos e psicológicos.

Em outra crônica, intitulada *Perigos sexuaes*, o médico José de Albuquerque enumerava os desafios a serem superados e as propostas da política de educação sexual:

[...] O homem que contrahe nupcias na vigencia de estados infecciosos latentes; a mulher que atravessa a gestação sem ouvir siquer uma vez, a voz autorizada do medico sobre a evolução de sua gravidez; o rapaz que se entrega ás suas aventuras gallantes, sem conhecer dos riscos a que pode estar sujeito e da maneira que evital-os; o menino, que espreita ás escondidas tudo que se relaciona com o sexo e pede explicações aos empregados domésticos, que por vezes abusos de sua innocencia, etc, etc., tudo isso é producto da falta de educação sexual. Rumo pois, á educação sexual!! (*Correio Oficial de Goiás*, 07/10/1934, p. 2).

No trecho selecionado dessa crônica, estereótipos masculinos e femininos sobrepõem-se no discurso. Em conformidade com a proposta pedagógica do Círculo Brasileiro de Educação Sexual, a sexualidade masculina é representada em três diferentes circunstâncias. Inicialmente, no despertar da curiosidade sexual; seguida pela prática sexual juvenil e, ao final, a sexualidade e o contágio de doenças venéreas. Informações sobre higiene e asseio corporal, assim como, sobre a prevenção de doenças infecciosas, a legitimação das necessidades sexuais masculinas por meio do discurso científico, entre outras propostas repetem-se de maneira enfática e prescritiva nas crônicas. Nesse contexto, os comportamentos sociais e tradições culturais, segundo a pedagogia do médico José de Albuquerque, precisariam ser moldados, transformados ou contidos.

As representações da sexualidade feminina, por seu turno, remeteriam sempre ao papel da maternidade, aos cuidados com a higiene doméstica, a educação do filhos e a responsabilidade na formação de cidadãos aptos ao trabalho produtivo. A campanha pedagógica do Círculo Brasileiro de Educação Sexual recomendava o acompanhamento pré-natal às gestantes, o que foi um significativo avanço no processo de reconhecimento de políticas públicas de assistência médica as mulheres. Todavia, a individualidade, os desejos e as necessidades sexuais e afetivas femininas seriam ainda ignoradas ou desconhecidas.

Embora percebesse a higiene, a profilaxia de doenças venéreas, a sexualidade e a maternidade como assuntos de saúde pública (diferentemente da Igreja), o discurso médico também distinguia e ordenava a vida urbana, o trabalho, o lazer, a família e as relações homem/mulher sob a moral conservadora. Às mulheres, saudavelmente instruídas, caberia a formação dos futuros membros da força produtiva do país. Caberia aos homens, na vida privada, o esteio e a liderança; na vida pública, o trabalho dedicado ao desenvolvimento nacional. (MATOS, 2003, p. 109-110).

Entre os discursos médicos de educação sexual e os discursos vinculados a ideologia católica travaram-se debates sobre a legitimação da tradição e da modernidade, da permanência e da contínua mudança. Sobretudo, discutia-se a construção de novas relações políticas, lugares sociais e significados culturais. Construía-se, fundamentalmente, novas identidades. Numa década fervilhante de discursos sobre a tradição, a modernidade, o casamento, o divórcio, a família, os divertimentos mundanos, a emancipação feminina e a política médico-higienista, muito falou-se e escreveu-se sobre o comportamento e normatização de corpos e mentes femininas. As crônicas do Correio Oficial, da década de 1930, no âmbito da sexualidade, apenas delinearão o começo de uma jornada que, até então, poucas mudanças haviam proporcionado às mulheres.

Os silêncios sobre os arranjos e hierarquias na vida privada ainda eram eloquentes, mas incomodariam cada vez mais. A família, a maternidade e o casamento indissolúvel ainda seriam a missão prioritária do universo feminino. Mas, sobretudo, em tal processo abriram-se mentes e fronteiras rumo aos movimentos feministas e aos estudos de gênero que galgariam terreno a partir das décadas de 1970 e 1980. (HANHER, 2003, p. 368). Nesse processo de conscientização e construção da emancipação feminina, a imprensa desempenharia um papel fundamental. Por meio de jornais e revistas, as representações sobre o feminino seriam elaboradas ou reforçadas, em um jogo de imagens ou palavras de reivindicações, resistências ou negociações. Sobretudo, de discursos sobre o feminino, que perenemente dialogariam com os estereótipos da modernidade e da tradição.

## **REFERÊNCIAS**

- ALMEIDA, José Maria Gouvêa de; MOURA, Sérgio Lobo de. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III: O Brasil Republicano. Vol. 2. Sociedade e Instituições (1889-1930). 3. ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 321-342.
- ARRAIS, Cristiano Alencar. Fronteira e cultura política nacional: a revolução de 1930 em Goiás. *Fragmentos de Cultura*, Goiânia, v. 17, n. 9/10, p. 821-838, set./out. 2007.
- AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil (1930-1964). In: MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.). **Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil**. São Paulo: CEDHAL; CEHILA; Loyola, 1993. p. 101-134.
- BORGES. Barsanufio Gomides. **O despertar dos dormentes**: estudo sobre a Estrada de Ferro em Goiás e seu papel nas transformações das estruturas regionais: 1909-1922. Goiânia: Cegraf, 1990.
- CHAUL, Nasr Nagib Fayad. **Caminhos de Goiás**: da construção da decadência aos limites da modernidade. Goiânia: UFG, 1997.
- DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE GOIÁS. Disponível em <<http://pt.io.gov.mo/Links/record/493.aspx>>. Acesso em 10/09/2012.
- FONSECA-SILVA, Maria da Conceição. Foucault e a arqueogenealogia do sujeito. In: FERNANDES, C. A. et al. (Org.) **Sujeito, identidade e memória**. Uberlândia: Edufu, 2004. p. 26-69.
- FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade**. Vol. I. A vontade de saber. 18ª ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 2007.
- GOMIDE, Cristina Helou. Cidade de Goiás: da ideia de preservação à valorização do patrimônio – a construção da imagem de cidade histórica (1930-1978). In: CHAUL, Nasr Fayad; DUARTE, Luis Sérgio (Orgs.). **A cidade dos sonhos**: desenvolvimento urbano e Goiás. Goiânia: UFG, 2004. p. 101-136.
- LIPOVETSKY, Gilles. **A sociedade pós-moralista**. O crepúsculo do dever e a ética indolor dos novos tempos democráticos. Barueri, SP: Manole, 2005.
- MAGALHÃES, Sônia Maria de. Hospital de Caridade São Pedro de Alcântara: assistência e saúde em Goiás ao longo do século XIX. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, Fiocruz, set-dez, 2004.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Raquel (Orgs.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Unesp, 2003. 107-127.
- MORAES, Cristina de Cássia Pereira Moraes. O Hospital da Caridade São Pedro de Alcântara e os Trabalhadores na Cidade de Goiás – 1830-1860. In: FREITAS, Lena Castello Branco Ferreira de (Org.). **Saúde e doenças em Goiás**: a medicina possível. Goiânia: UFG, 1999.
- NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Livro 1. O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 13-44.
- PALACÍN, Luis. **Coronelismo no extremo norte de Goiás**. O padre João e as três revoluções de Boa Vista. Goiânia: Cegraf; São Paulo: Loyola, 1990.

PALACÍN, Luís. **Quatro tempos de ideologia em Goiás**. Goiânia: Cerne, 1986.

PINA FILHO, Brás W. Pompêo de. **Goiás: história da imprensa**. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura, 1971.

RABELO, Danilo. **A normalização dos comportamentos na Cidade de Goiás (1822-1889)**. Goiânia: UFG, 2010.

RUSSO, Jane Araújo; CARRARA, Sérgio Luis. A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9(2):273-90, maio-ago. 2002.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Higiene e higienismo entre o Império e a República. In: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Marcia (Orgs.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Unesp, 2011. p. 283-312.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise. *Gênero e Educação. Educação e Realidade*, Porto Alegre, FAE: UFRGS, v. 20, n. 2, jul-dez.1995.

SEVCENKO, Nicolau. O Prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. 3. República: da Belle Époque à era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 7-48.

SILVA, Ana Lucia. **A Revolução de 30 em Goiás**. 2. ed. Goiânia: Cãnone Editorial, 2005.

SOUZA, Rildo Bento de. **Pobres, doentes e desvalidos: o asilo de São Vicente de Paulo na Cidade de Goiás (1909-1935)**. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, 2010.

TELES, José Mendonça. **A imprensa matutina**. Ensaio. Goiânia: Cerne, 1989.

## FONTES – CORREIO OFICIAL DE GOIÁS

A todos que são pais ou mestres, o círculo brasileiro de Educação Sexual lança os seguintes apelos. *Correio Oficial*, Goiaz, GO, 3 fevereiro 1934. p. 1.

ALBUQUERQUE, J. As questões sexuais em face da política. *Correio Oficial*, Goiaz, 25 novembro 1933. p. 6.

ALBUQUERQUE, J. O silencio sexual é um crime. *Correio Oficial*, Goiaz, 15 abril 1934. p. 2.

ALBUQUERQUE, J. Perigos sexuaes. *Correio Oficial*, Goiaz, 7 outubro 1934. p. 2-3.

CÍRCULO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO SEXUAL. *Correio Oficial*, Goiaz, 20 dezembro 1933. p. 8.

LEÃO, G. C. Observando... *Correio Oficial*, Goiaz, 15 abril 1934. Secção Religiosa, p. 2.

LEÃO, G. C. Precavendo... *Correio Oficial*, Goiaz, 20 maio 1934. Secção Religiosa, p. 4.